



26,966.00
7,609.26
12,630.58
28,831.84
21,702.45
87.79
86.20

1º Simulado

SEFA PA

Auditor Fiscal de Receitas Estaduais
Pós-Edital



Simulado Especial

1º Simulado SEFA PA – Cargo: Auditor Fiscal de Receitas Estaduais

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFA PA;
- 2 – A prova contém **180 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 5 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h às 12h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado nesta página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFA-PA-Auditor-22-01-22>

01 - A B C D E 31 - A B C D E 61 - A B C D E 091 - A B C D E 121 - A B C D E 151 - A B C D E
02 - A B C D E 32 - A B C D E 62 - A B C D E 092 - A B C D E 122 - A B C D E 152 - A B C D E
03 - A B C D E 33 - A B C D E 63 - A B C D E 093 - A B C D E 123 - A B C D E 153 - A B C D E
04 - A B C D E 34 - A B C D E 64 - A B C D E 094 - A B C D E 124 - A B C D E 154 - A B C D E
05 - A B C D E 35 - A B C D E 65 - A B C D E 095 - A B C D E 125 - A B C D E 155 - A B C D E
06 - A B C D E 36 - A B C D E 66 - A B C D E 096 - A B C D E 126 - A B C D E 156 - A B C D E
07 - A B C D E 37 - A B C D E 67 - A B C D E 097 - A B C D E 127 - A B C D E 157 - A B C D E
08 - A B C D E 38 - A B C D E 68 - A B C D E 098 - A B C D E 128 - A B C D E 158 - A B C D E
09 - A B C D E 39 - A B C D E 69 - A B C D E 099 - A B C D E 129 - A B C D E 159 - A B C D E
10 - A B C D E 40 - A B C D E 70 - A B C D E 100 - A B C D E 130 - A B C D E 160 - A B C D E
11 - A B C D E 41 - A B C D E 71 - A B C D E 101 - A B C D E 131 - A B C D E 161 - A B C D E
12 - A B C D E 42 - A B C D E 72 - A B C D E 102 - A B C D E 132 - A B C D E 162 - A B C D E
13 - A B C D E 43 - A B C D E 73 - A B C D E 103 - A B C D E 133 - A B C D E 163 - A B C D E
14 - A B C D E 44 - A B C D E 74 - A B C D E 104 - A B C D E 134 - A B C D E 164 - A B C D E
15 - A B C D E 45 - A B C D E 75 - A B C D E 105 - A B C D E 135 - A B C D E 165 - A B C D E
16 - A B C D E 46 - A B C D E 76 - A B C D E 106 - A B C D E 136 - A B C D E 166 - A B C D E
17 - A B C D E 47 - A B C D E 77 - A B C D E 107 - A B C D E 137 - A B C D E 167 - A B C D E
18 - A B C D E 48 - A B C D E 78 - A B C D E 108 - A B C D E 138 - A B C D E 168 - A B C D E
19 - A B C D E 49 - A B C D E 79 - A B C D E 109 - A B C D E 139 - A B C D E 169 - A B C D E
20 - A B C D E 50 - A B C D E 80 - A B C D E 110 - A B C D E 140 - A B C D E 170 - A B C D E
21 - A B C D E 51 - A B C D E 81 - A B C D E 111 - A B C D E 141 - A B C D E 171 - A B C D E
22 - A B C D E 52 - A B C D E 82 - A B C D E 112 - A B C D E 142 - A B C D E 172 - A B C D E
23 - A B C D E 53 - A B C D E 83 - A B C D E 113 - A B C D E 143 - A B C D E 173 - A B C D E
24 - A B C D E 54 - A B C D E 84 - A B C D E 114 - A B C D E 144 - A B C D E 174 - A B C D E
25 - A B C D E 55 - A B C D E 85 - A B C D E 115 - A B C D E 145 - A B C D E 175 - A B C D E
26 - A B C D E 56 - A B C D E 86 - A B C D E 116 - A B C D E 146 - A B C D E 176 - A B C D E
27 - A B C D E 57 - A B C D E 87 - A B C D E 117 - A B C D E 147 - A B C D E 177 - A B C D E
28 - A B C D E 58 - A B C D E 88 - A B C D E 118 - A B C D E 148 - A B C D E 178 - A B C D E
29 - A B C D E 59 - A B C D E 89 - A B C D E 119 - A B C D E 149 - A B C D E 179 - A B C D E
30 - A B C D E 60 - A B C D E 090 - A B C D E 120 - A B C D E 150 - A B C D E 180 - A B C D E

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 7:**Educação do século 21 requer menos ensino e mais aprendizagem**

A educação para o século 21 é um negócio dedicado à aprendizagem e não ao ensino. Assim, a performance dos educadores deve ser guiada pelo entendimento mais atual do processo de aprendizagem. Nas últimas décadas, as pesquisas em psicologia cognitiva e neurociência expandiram significativamente a compreensão de como as pessoas aprendem. Mas a prática educacional brasileira acanhadamente acompanhou esse contemporâneo *know-how*.

É fato que os educadores enfrentam mais um desafio intimidante: prover os alunos com as competências e habilidades do século 21. Muitos perscrutadores se opõem à ideia de que o pensamento crítico, a resolução de problemas, criatividade e desenvolvimento de projetos irão corroer o ensino conteudista de importantes fundamentos – incluindo história, filosofia e literatura. A preocupação é válida até o instante em que tais habilidades não podem ser desenvolvidas nem aplicadas de forma eficaz – sem os conhecimentos prévios de uma ampla gama de assuntos.

Nenhuma geração pode escapar da responsabilidade de aprender o que o mercado e a sociedade requerem. No século 19, à medida que a agricultura crescia em complexidade, as escolas nas áreas rurais ensinavam justamente princípios, competências e habilidades da agricultura vocacional. Com o desenvolvimento da tecnologia, da internet e dos computadores, as escolas aprimoraram seus programas de ciências, matemática e sistemas de informações. Hodiernamente, com o advento da inteligência artificial e da digitalização, estamos mais uma vez com a inevitabilidade de alterar o que e, principalmente, o como ensinar.

A óbvia imprescindibilidade de a educação se relacionar com as demandas da sociedade foi satirizada por Harold Raymond Wayne Benjamin, em seu livro *Saber-tooth curriculum* (New York: McGraw-Hill, 1939). Na obra, uma autoridade fictícia em educação na Idade da Pedra, apresenta os três fundamentos que deviam ser ensinados aos jovens no currículo paleolítico: 1) pegar peixes com as mãos; 2) fazer baqueteamento de cavalos; 3) assustar com fogo o simlodon, mais conhecido como tigre-dentes-de-sabre. Quando os peixes se tornaram ágeis demais para pegá-los com as mãos e os cavalos e simlodons minguaram, as escolas continuaram ensinando os fundamentos antigos por seu valor cultural. A revolta dos educadores progressistas contra o currículo

tradicional é descrita em uma das passagens mais divertida dessa jocosa sátira.

Portanto, tentar prever as necessidades futuras dos aprendizes, amoldar os currículos e adequar as metodologias não se trata de modismo. É uma indispensabilidade.

Adaptado de <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/menos-ensino-e-mais-aprendizagem/>>

01. Depreende-se do texto que:

- a) a manutenção das disciplinas base é uma necessidade atual.
- b) o século XXI em muito se assemelha ao século XIX, em termos de educação;
- c) a educação deve acompanhar a evolução da sociedade como um todo;
- d) educadores e pensadores da educação têm sido erroneamente interpretados;
- e) estar à frente do seu tempo é pensar a educação do amanhã baseando-se no ontem

02. No texto “Educação do século 21 requer menos ensino e mais aprendizagem”, predomina a função

- a) referencial.
- b) emotiva.
- c) apelativa.
- d) poética.
- e) fática;

03. A palavra sublinhada é pronome em

- a) É fato que os educadores enfrentam mais um desafio intimidante;
- b) Muitos perscrutadores se opõem à ideia de que o pensamento crítico...;
- c) ... a resolução de problemas, criatividade e desenvolvimento de projetos irão corroer o ensino conteudista de importantes fundamentos...;
- d) A preocupação é válida até o instante em que tais habilidades não podem ser desenvolvidas...;
- e) ... sem os conhecimentos prévios de uma ampla gama de assuntos.

04. Em “No século 19, à medida que a agricultura crescia em complexidade” (3º parágrafo), a expressão *à medida em que* poderia ser substituída por:

- a) na medida em que.
- b) quando.
- c) sempre que.
- d) conforme.
- e) porque

05. A mensagem que o último parágrafo é a de que:

- a) ensino e aprendizagem seguem os modismos intelectuais.
- b) discutir a educação é prescindível ao futuro das gerações.
- c) alterações nos currículos das escolas são previsíveis.
- d) por mais que educadores tentem, as gerações futuras só aceitam modismos.
- e) estamos diante de discussão imprescindível, e não algo passageiro.

06. Segundo o autor, a educação no século XIX era voltada à agricultura, assim como a educação do século XXI deve ter o foco em

- a) em tecnologia e internet;
- b) em internet e computadores;
- c) inteligência artificial e digitalização;
- d) digitalização e internet.
- e) tecnologia e inteligência artificial

07. Mantendo o sentido do texto, a conjunção “mas”, no primeiro parágrafo, poderia ser substituída por

- a) porém, sem necessidade de alterações;
- b) porém, desde que seja inserida uma vírgula após a conjunção;
- c) pois, sem necessidade de alterações;
- d) pois, desde que intercalado por vírgulas;
- e) caso, desde que a forma verbal “acompanhou” seja flexionada no Modo Subjuntivo

Leia o texto a seguir e responda às questões de 8 a 16:

O monomotor sobrevoa a Ilha de Marajó, dia encoberto, céu de nuvens, chove sem parar, somos convidados dos Steiner, Ruth e Rodolfo, vão conosco no avião.

Os Steiner, nossa família paraense — temos parentes em todas as comarcas do Brasil —, possuem fazendas em Marajó, criam búfalos, zelam pelas tartarugas. Nossa amizade se iniciou com o cruzamento de cachorros pugs, coube a Mister Pickwik, macho de nossa criação, ser de minha maior estima, comer o cabaço da mais linda cadelinha carlin, chegou donzela ao Rio Vermelho, voltou prenha para Belém — devo a Picuco e a Popota o conhecimento desses Steiner do Pará, gente de primeira.

Dádiva do rio Amazonas ao mar Atlântico, situada entre águas que se chocam e se misturam, a doce e a salgada, solo encharcado, jamais terra firme, tampouco superfície líquida, território de mangue, pasto de lama onde os pés se afundam, a Ilha de Marajó, diferente de tudo quanto eu vira. O gado pasta na planície a perder de vista.

De súbito, como se a violência da chuva o atirasse de encontro à terra, o aparelho desce sobre uma povoação construída em cima de palafitas: cabanas, casas pequenas, quase uma taba de índios. Rodolfo me diz o nome do lugar, chama-se Cachoeira, ali se desenrola a ação de romance de Dalcídio Jurandir, Ruth completa a informação: o romance de estreia, *Chove nos Campos de Cachoeira*.

Sei do livro, não só por tê-lo lido em originais como porque fui eu quem criou o Prêmio de Romance Dom Casmurro quando redator-chefe do semanário de Brício de Abreu. Não tínhamos dinheiro para dotação da láurea mas obtive com Omer Mont’Alegre, diretor literário das Edições Vecchi, contrato de publicação do romance vencedor e constituí júri mais valioso do que um cheque magro: Álvaro Moreyra, Jorge de Lima, Oswald de Andrade, Érico Veríssimo, José Lins do Rego, já não lembro todos, júri numeroso e consagrador. Concorrendo com mais de cem candidatos, o romance de Dalcídio foi escolhido por unanimidade, o prêmio revelou ao público brasileiro um dos grandes de nossa ficção. Com *Chove nos Campos de Cachoeira*, Dalcídio iniciou a saga do Extremo Norte, dez volumes, dez obras primas.

O avião volta a subir, a chuva engrossa, tento abafar o medo para admirar a paisagem onde o gado pasta. Descemos na pista da fazenda, a única de cimento em toda a Ilha. Espera-nos a montaria, veículo extraordinário, canoa feita para navegar no rio, desliza em terra sobre a lama do mangue puxada por três cangas de búfalos. Saí de Marajó onde se misturam mar e rio alguns quilos mais gordo, culpados os pitéus da cozinha paraense, do pato no tucupi ao sarapatel de tartaruga. De lembrança levei comigo carga

completa de bicho de pé, eu andava descalço no mangue, no pasto e no curral.

Dalcídio Jurandir e Jorge Amado

08. Considerando a leitura do texto, pode-se deduzir que:

- a) o narrador é Dalcídio, autor de “dez volumes, dez obras primas”;
- b) o narrador faz parte do meio literário;
- c) o texto expõe ao leitor os sentimentos das personagens;
- d) a história contada se desenrola exclusivamente na Ilha de Marajó;
- e) tanto narrador quanto personagens estavam desconfortáveis na viagem.

09. Uma das características que justifica a classificação do texto como crônica narrativa é:

- a) a discussão sobre a qualidade da obra de Dalcídio;
- b) o enfoque no ponto de vista do narrador;
- c) a constante explicação sobre personagens e acontecimentos;
- d) o uso de tempo cronológico na narrativa;
- e) a narrativa de acontecimentos da vida cotidiana.

10. Mantendo-se a correção gramatical, é possível no trecho “Não tínhamos dinheiro para dotação da láurea mas obtive com Omer Mont'Alegre, diretor literário das Edições Vecchi, contrato de publicação do romance vencedor” (5º parágrafo):

- a) flexionar o verbo “ter” no Futuro do Pretérito;
- b) suprimir a vírgula antes de “contrato”;
- c) flexionar o verbo “obter” no Presente do Indicativo;
- d) inserir uma vírgula antes da conjunção “mas”;
- e) inserir uma vírgula antes de “Omer”

11. O autor utiliza no primeiro parágrafo a estratégia linguística de

- a) exemplificar uma série de ações cotidianos;
- b) dar ênfase em quem os convidou à Ilha de Marajó;

- c) descrever a paisagem com verbos no Pretérito;
- d) apresentar a sequência de fatos separados apenas por vírgulas;
- e) narrar os fatos de forma objetiva, sem descrições.

12. Os travessões no segundo parágrafo são utilizados para

- a) explicar o contexto para o leitor;
- b) separar as digressões do narrador;
- c) intercalar com o uso de vírgula;
- d) separar apostos explicativos;
- e) iniciar discurso direto.

13. Fazem parte do mesmo campo semântico:

- a) pitéus - pato no tucupi - sarapatel;
- b) pitéus – cangas de búfalos – bicho de pé;
- c) cangas de búfalos – mangue - cimento;
- d) cangas de búfalos – chuva - pasta;
- e) sarapatel – mangue – bicho de pé

14. No trecho “, jamais terra firme, tampouco superfície líquida, território de mangue” (3º parágrafo), o trecho sublinhado apresenta, em relação à informação explicitada no primeiro, uma noção de

- a) consequência;
- b) explicação;
- c) adição;
- d) contraste;
- e) condição.

15. Assim como no trecho “Sei do livro, não só por tê-lo lido em originais como porque fui eu quem criou o Prêmio de Romance Dom Casmurro...” (5º parágrafo), a colocação do pronome destacado respeita a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- a) Rogaria-lhes para considerar a ajuda de alguma forma à população ribeirinha;
- b) A empatia não permite-nos ver tal situação e ficarmos sem ação;

- c) O bem-estar que vivencia-se deve ser de toda a população.
- d) Muitos se impressionam com a realidade de ribeirinhos e sertanejos.
- e) Nos questionamos até quando vamos negligenciar os acontecimentos;

16. No texto, foram empregadas as palavras “Marajó” (1º parágrafo) e “búfalo” (2º parágrafo), ambas acentuadas graficamente.

Duas outras palavras corretamente acentuadas pelos mesmos motivos que “Marajó” e “búfalo” são, respectivamente:

- a) juiz e saudável;
- b) Macapá e arquipélago;
- c) idéia e arquipélago;
- d) Macapá e juízes;
- e) já e possível.

17. A frase em que a palavra ou expressão destacada respeita as regras ortográficas e gramaticais da norma padrão é:

- a) A época de chuva mau acaba e o rio já abaixa a seu nível mínimo.
- b) Precisamos saber o por que de as pessoas não visitarem o Norte.
- c) As pessoas desejam estar aonde a felicidade está.
- d) A ideia de viver bem e para sempre é uma excessão dentre muitos.
- e) Todos sabem que desejo há tempos fazer essa viagem.

As questões de 18 a 20 são referentes à citação abaixo:

“A sabedoria dos velhos é um grande engano. Eles não se tornam mais sábios, mas sim mais prudentes” – Ernest Hemingway.

18. Quanto ao sentido, a oração “mas sim mais prudentes” auxilia na produção do efeito de:

- a) desabafo;
- b) mistério;
- c) quebra de expectativa;

- d) dúvida;
- e) certeza

19. Infere-se do pensamento acima que:

- a) a sabedoria na juventude é a mesma que na velhice;
- b) o termo “engano” se refere a velhice;
- c) a velhice é uma fase da vida superior à juventude;
- d) “juventude” e “velhice” são ideias sinônimas;
- e) “sabedoria” é como um engano na juventude.

20. Sobre as orações “Eles não se tornam mais sábios, mas sim mais prudentes”, é correto afirmar que:

- a) é possível inserir uma vírgula depois de “mas sim”;
- b) a supressão de “sim” prejudica a correção do texto;
- c) “mais sábios” pode ser substituído por “mas sábios”;
- d) a partícula “se” pode ser deslocada para depois do verbo;
- e) o advérbio “sim” deveria estar intercalado por vírgulas.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

21. Carlos Henrique comprou um tablet que custava R\$ 4.000,00 à vista, pagando em duas parcelas:

- a primeira, no ato da compra, no valor de R\$ 2.200,00;
- a segunda, um mês após a compra, no valor de R\$ 2.250,00.

A taxa mensal de juros cobrada de Carlos Henrique nessa compra foi de:

- a) 5%;
- b) 10%;
- c) 15%;
- d) 20%;
- e) 25%.

22. Um investidor aplica em um determinado banco R\$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R\$ 10.900,00 referente a

esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a

- a) R\$ 12.862,00
- b) R\$ 12.750,00
- c) R\$ 12.650,00
- d) R\$ 12.550,00
- e) R\$ 12.535,00

23. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

24. Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- a) 21,7%
- b) 22,5%
- c) 24,8%
- d) 32,4%
- e) 33,7%

25. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- a) R\$ 5.600,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.400,00

- d) R\$ 5.380,00
- e) R\$ 5.500,00

26. Maria adquiriu uma moto a ser paga pelo Sistema Price de Amortização. Ao final do 12º mês ele ainda deve R\$ 14.696,13. Sabendo-se que a taxa de juros do empréstimo é de 2% ao mês e que a prestação tem o valor de R\$ 777,00, o saldo devedor, após o pagamento da próxima prestação, será de:

- a) R\$ 14.000,00.
- b) R\$ 14.147,53.
- c) R\$ 14.198,84.
- d) R\$ 14.213,05.
- e) R\$ 14.322,01.

27. Ao descontar em um banco, 5 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 45.000,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 36.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 33.420,00
- b) R\$ 35.000,00
- c) R\$ 32.450,00
- d) R\$ 34.560,00
- e) R\$ 33.840,00

28. Analise as afirmativas a seguir, a respeito de sistemas de amortização de empréstimos:

- I. No sistema francês, as prestações são constantes; os juros, decrescentes; e as amortizações, crescentes.
- II. No sistema de amortização constante (SAC), as amortizações são constantes; as prestações, crescentes; e os juros, decrescentes.
- III. No sistema americano de amortização, apenas os juros são pagos durante o financiamento, e, ao final do prazo, a dívida é amortizada de uma só vez.

Assinale:

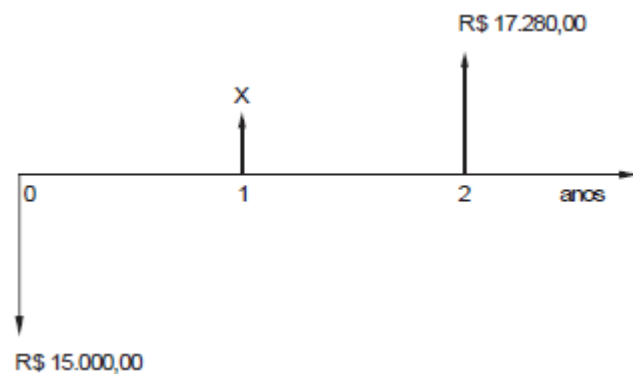
- a) se somente a afirmativa I estiver correta.

- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

29. O preço à vista de um apartamento é R\$ 210.000,00. Jorge fez uma proposta ao proprietário para adquirir esse imóvel pagando o em três parcelas iguais, a primeira à vista, a segunda após 1 ano e a terceira depois de 2 anos. O proprietário aceitou a proposta, desde que fossem cobrados juros compostos de 100% ao ano sobre o saldo devedor após o pagamento de cada parcela. Nas condições impostas pelo proprietário, o valor de cada uma das três parcelas a serem pagas por Jorge, em reais, deverá ser igual a

- a) 120.000,00
- b) 90.000,00
- c) 100.000,00
- d) 70.000,00
- e) 130.000,00

30. Considere o fluxo de caixa abaixo, que se refere a um projeto cujo desembolso inicial foi de R\$ 15.000,00.



A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto tem valor de 1,6. Nessas condições, o valor de X é

- a) R\$ 14.600,00
- b) R\$ 15.000,00
- c) R\$ 14.800,00
- d) R\$ 14.400,00
- e) R\$ 14.200,00

31. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

32. Em uma urna há cinco bolas, iguais na forma, porém duas são brancas e três são pretas. No escuro, Maria retirou duas bolas na urna.

A probabilidade de que Maria tenha retirado duas bolas da mesma cor é de

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 40%.
- d) 50%.
- e) 60%.

33. Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Supondo que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$. Os valores de p que fazem com que A e B sejam mutuamente exclusivos e A e B sejam independentes são, respectivamente:

- a) 0,3 e 0,4
- b) 0,6 e 0,2
- c) 0,5 e 0,2
- d) 0,4 e 0,2
- e) 0,3 e 0,5

34. Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são fiscais. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são fiscais.

Escolhendo aleatoriamente 1 servidor dessa empresa e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser fiscal é igual a:

- a) 1/3
- b) 2/5
- c) 5/6
- d) 7/8
- e) 8/9

35. A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, haver 0, 1, 2 ou 3 colisões de carros em um cruzamento.

Número de acidentes	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

A variância do número de acidentes é igual a:

- a) 1,53
- b) 1,61
- c) 1,74
- d) 1,87
- e) 1,98

O ENUNCIADO A SEGUIR REFERE-SE ÀS QUESTÕES 36, 37 e 38.

Na Strategy Land, a probabilidade p de um professor engordar é igual a 0,25. Essa estimativa foi obtida com base em um levantamento por amostragem aleatória simples de 1.875 professores.

Sabendo que $P(Z < -2) = 0,025$, em que Z representa a distribuição normal padrão, julgue os itens que seguem, em relação a essa situação hipotética.

36. Em um grupo formado aleatoriamente por 5 professores, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas um deles engorde é igual a

- a) 405/1024
- b) 407/1024
- c) 409/1024
- d) 411/1024
- e) 413/1024

37. Se X seguir uma distribuição binomial com parâmetros $n = 500$ e probabilidade de sucesso p , calcule a estimativa da variância.

- a) 91,25
- b) 92,75
- c) 93,75
- d) 94,65
- e) 95,45

38. A estimativa intervalar de 95% de confiança do parâmetro populacional p possui amplitude igual a:

- a) 0,02
- b) 0,04
- c) 0,06
- d) 0,08
- e) 1,0

Em 10 anos (de 2012 a 2021), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa TOFER RADO, em milhões de reais, e o respectivo gasto anual com propaganda (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X , considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2012, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com propaganda em 2013, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com propaganda de 2012 a 2021 foram, em milhões de reais, iguais a 120 e 15, respectivamente.

Baseado no texto, responda as questões 39 e 40

39. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então o valor de α é, milhões de reais,

- a) 9,3
- b) 10,4
- c) 11,5

- d) 12,7
- e) 13,8

40. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com propaganda neste ano 2 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 10,4
- b) 11,6
- c) 12,9
- d) 13,7
- e) 14,8

ADMINISTRAÇÃO E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

41. No que concerne aos modelos de Administração Pública e reformas administrativas, julgue os itens a seguir.

I - A reforma de 1967 buscou superar a rigidez do modelo burocrático, com o objetivo de conferir maior eficiência à máquina pública. Nesse sentido, o Decreto-lei n.º 200/1967 estabeleceu cinco princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.

II - A reforma gerencial da administração pública iniciada em 1995 tinha como uma de suas diretrizes o foco no controle dos processos, com o objetivo de evitar o descontrole dos gastos públicos.

III - João das Neves, gestor de determinado departamento da Secretaria da Fazenda do Pará, adota, em sua gestão, práticas autorreferidas, com foco no controle dos processos e com racionalidade absoluta. Pode-se afirmar que João das Neves emprega, em sua gestão, princípios típicos da administração pública gerencial.

Está correto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.

- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

42. O ciclo de políticas públicas é composto por algumas fases. Indique, dentre as alternativas a seguir, qual não traz uma dessas fases.

- a) Construção da agenda
- b) Formulação da política
- c) Implementação
- d) Tomada de contas
- e) Avaliação

43. Considere as seguintes assertivas sobre os modelos de Administração Pública:

I - O modelo gerencial é marcado por uma estrutura hierárquica rígida, enquanto o modelo burocrático é mais flexível, com redução de níveis hierárquicos.

II - No modelo burocrático não existe a separação entre propriedade e a administração, sendo que somente a partir do modelo gerencial é que foi introduzido o conceito de meritocracia.

III - No modelo burocrático a ênfase está no controle de resultados, enquanto no modelo gerencial a ênfase é no controle *a priori*.

Assinale a opção correta:

- a) apenas uma assertiva está correta.
- b) apenas duas assertivas estão corretas.
- c) todas assertivas estão corretas.
- d) todas assertivas estão erradas.
- e) nenhuma das anteriores

44. “Participação da sociedade na verificação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Trata-se de o cidadão participar das ações e decisões do governo, sugerindo novas ideias, correções e alterações. É uma forma de o cidadão exercer ativamente a cidadania.”

A descrição relaciona-se ao conceito de

- a) política pública.
- b) fiscalização coletiva.
- c) controle social.
- d) controle estadual.
- e) governança

45. A sociedade espera que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à _____, ao passo que a _____ se relaciona ao alcance de resultados e disponibilização de serviços públicos nos prazos demandados pela população. A _____, por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

As palavras que preenchem corretamente as lacunas, respectivamente, são:

- a) efetividade; eficácia; eficiência.
- b) eficiência; eficácia; efetividade.
- c) eficácia; eficiência; efetividade.
- d) eficiência; efetividade; eficácia.
- e) qualidade; economia; eficiência.

46. O tipo de *accountability* que ocorre quando os cidadãos controlam as ações dos governantes por meio do referendo, do plebiscito, do voto, ou então mediante o exercício do controle social, é chamada de:

- a) *accountability* vertical
- b) *accountability* societal
- c) *accountability* horizontal
- d) *accountability* social
- e) *accountability* integrada

47. A fase conhecida como “consumerism”, que marcou a evolução do modelo gerencial de Administração, está diretamente relacionada com:

- a) equidade e cidadania.
- b) redução de custos e equidade.
- c) transparência e cidadania
- d) qualidade e efetividade
- e) cidadania e redução de custos.

48. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado identificou quatro setores em que o Estado opera: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Nesse contexto, considera-se que as agências reguladoras pertencem ao setor

- a) do núcleo estratégico
- b) das atividades exclusivas
- c) dos serviços não exclusivos
- d) da produção de bens e serviços para o mercado
- e) do setor concorrencial

49. As políticas públicas que buscam alterar o grau de concentração de recursos, deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade, são classificadas como

- a) políticas distributivas
- b) políticas de apoio
- c) políticas redistributivas
- d) políticas da sociedade
- e) políticas integradas

50. De acordo com Matias-Pereira (2018), uma boa governança pública está apoiada em quatro princípios. Indique qual alternativa não traz um dos princípios elencados pelo autor.

- a) Relações éticas
- b) Conformidade
- c) Prestação de Contas Responsável

- d) Sigilo
- e) transparência

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

51. Nos termos previstos na Lei paraense 5.810/1994, é penalidade disciplinar aplicável ao servidor do Estado do Pará:

- a) advertência.
- b) suspensão de no máximo 60 dias.
- c) inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
- d) suspensão de no máximo 90 dias.
- e) censura.

52. A respeito dos serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, mediante licitação exclusivamente na modalidade concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- b) A permissão de serviço público representa um dos instrumentos da descentralização por serviços, em que opera-se a delegação da titularidade e de sua prestação, sempre mediante prévia licitação.
- c) A interrupção da prestação do serviço público devido ao inadimplemento do usuário caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
- d) Concessão administrativa representa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- e) A contraprestação do parceiro público ao parceiro privado, em uma concessão especial, será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato, embora se admita o pagamento relativo a parcela fruível do serviço em questão.

53. Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.
- e) a negativa de acesso a informação requerida deve ser motivada pelo agente público competente.

54. No que se refere aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e inconsciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

55. Considerando que determinado agente público foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para a tolerar a exploração de atividade ilícita, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

56. No que diz respeito ao poder de polícia e suas etapas (ciclo de polícia), assinale a alternativa correta:

- a) a fase da legislação diz respeito à expedição de decretos pelo chefe do Poder Executivo para permitir a fiel execução das leis.
- b) os atos de consentimento estarão sempre presentes no ciclo de polícia, materializando-se na expedição de licenças e autorizações em favor dos particulares.
- c) fiscalização consiste na verificação do cumprimento das ordens de polícia, a exemplo do que ocorre em uma blitz de trânsito.
- d) a etapa de sanção diz respeito à apuração de infrações e aplicação de penalidades àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração.
- e) na fase de ordem, a administração pública distribui e escalona funções entre seus órgãos e estabelece a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro.

57. A respeito das sociedades de economia mista estaduais exclusivamente exploradoras de atividade econômica em sentido estrito, é correto afirmar que:

- a) ostentam personalidade de direito privado, se submetem a concurso público e não são controladas pelo Tribunal de Contas Estadual.
- b) subordinam-se às regras do direito privado quanto à responsabilidade civil relativa aos danos causados por seus agentes e à limitação remuneratória constitucional para seu quadro de pessoal, indistintamente.
- c) são automaticamente criadas a partir da edição de lei específica.
- d) compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- e) não se sujeitam à falência e seu pessoal em geral é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

58. Consoante previsto na Lei 8.666/1993, a licitação é dispensada na seguinte situação:

- a) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação.
- c) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- e) dação em pagamento de bens imóveis, quando houver autorização legislativa, avaliação prévia e interesse público devidamente justificado.

59. Trata-se de modalidade licitatória marcada por menor objetividade, que deve ser utilizada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico:

- a) concorrência.
- b) consulta.
- c) concurso.
- d) convite.
- e) leilão.

60. Assinale a situação abaixo na qual incide a responsabilidade civil objetiva prevista no texto constitucional:

- a) dano decorrente da atuação de empresa estatal que explora atividade econômica.
- b) prejuízo decorrente de omissão geral do poder público.
- c) dano causado por detento foragido do sistema penitenciário há 1 ano.
- d) dano causado a particular por conduta irregular de agente público, pertencente a um tribunal estadual, no exercício de suas funções.
- e) dano causado a particular por agente público atuando fora de suas atribuições.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. Com relação às diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.

- a) São imóveis por definição legal os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- b) Bens fungíveis são bens móveis ou imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não pela vontade das partes.
- d) Os negócios jurídicos referentes ao principal, em regra, não abrangem as pertenças.
- e) Os bens dominicais são alienáveis e prescritíveis.

62. Com relação às formas de extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Se devedor e credor forem omissos com relação à imputação do pagamento, esta se fará nas dívidas mais onerosas.
- b) Se o credor for evicto da coisa dada em pagamento, poderá pleitear perdas e danos do devedor que a ofereceu em dação.
- c) O *animus novandi* deve ser expresso, sob pena de a nova obrigação confirmar a anterior.
- d) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas, e de coisas fungíveis ou infungíveis.
- e) A confusão operada na pessoa do credor ou devedor solidário só extingue a obrigação até a concorrência da respectiva parte no crédito, ou na dívida, subsistindo quanto ao mais a solidariedade.

63. Com relação à teoria geral dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) A *supressio* significa o surgimento de um direito em favor do contratante, diante do exercício contínuo de uma prerrogativa não prevista contratualmente, e da confiança resultante do seu reconhecimento pelo contratante adverso.
- b) A teoria do adimplemento substancial, pautada pela boa-fé objetiva, defende a impossibilidade de resolução contratual diante do cumprimento de parte considerável da prestação pelo devedor, assegurada, porém, a cobrança judicial da parte inadimplida.
- c) Nos contratos civis e consumeristas, a vulnerabilidade é presumida, o mesmo não se dizendo dos contratos empresariais, que presumem-se paritários e simétricos.
- d) A interpretação das cláusulas negociais segue os parâmetros estabelecidos em lei, que são inalteráveis pela vontade das partes.
- e) Nos contratos de adesão, as cláusulas ambíguas ou contraditórias são havidas como nulas.

64. Com relação à responsabilidade extracontratual, assinale a alternativa correta.

- a) Independe de prova de prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais.

- b) Danos estéticos e morais são inacumuláveis.
- c) Aquele que causar prejuízo a outrem em estado de necessidade estará amparado por uma excludente de ilicitude, o que o exime do dever de indenizar.
- d) A responsabilidade do empregador por danos causados pelo empregado é objetiva, e portanto, dispensa a necessidade de se provar a culpa do segundo.
- e) A responsabilidade civil é independente da criminal, e portanto, é possível questionar-se no juízo cível acerca da existência do fato e de quem seja seu autor, ainda que essas questões se encontrem definitivamente decididas no juízo criminal.

65. Com relação à sucessão legítima, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge concorre à herança com os descendentes no regime da comunhão universal de bens.
- b) Na sucessão ascendente, não é cabível o direito de representação dos avós maternos em relação à mãe pré-morta, quando em concorrência com o pai do *de cujus*.
- c) Na sucessão legítima, havendo concorrência entre colaterais em terceiro grau, os tios preferem aos sobrinhos.
- d) Colaterais têm direito à legítima, o que inviabiliza o testamento de todo o patrimônio do *de cujus* em favor de terceiro sem os contemplar.
- e) O Supremo Tribunal Federal igualou os direitos hereditários entre cônjuges e companheiros, sendo ambos considerados herdeiros necessários.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

66. A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, sendo adotada, portanto, a teoria do resultado.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se

decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

- c) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, e os dias, meses e anos devem ser contados pelo calendário comum.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

67. Acerca do tema penas, considere os seguintes itens.

- I- O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.
- II- A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.
- III- São espécies de pena, apenas as privativas de liberdade e restritivas de direitos.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Apenas I.
- e) Apenas III.

68. Segundo o Código Penal, é uma causa de extinção de punibilidade, EXCETO:

- a) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- b) graça.
- c) renúncia do direito de queixa.
- d) morte do ofendido.
- e) prescrição.

69. Thor, prefeito do Município X, por meio de suas redes sociais, divulgou que Bento, o qual havia

falecido há dois meses e também era seu antigo rival, praticou o crime de estelionato, mesmo sabendo se tratar de uma imputação falsa. A conduta de Thor configura o crime de:

- a) Calúnia.
- b) Injúria.
- c) Exercício arbitrário das próprias razões.
- d) Conduta atípica.
- e) Difamação.

70. A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o delito de:

- a) corrupção passiva.
- b) concussão.
- c) prevaricação.
- d) condescendência criminosa.
- e) excesso de exação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

71. João é brasileiro naturalizado, tem 33 anos de idade, no pleno gozo dos direitos políticos, filiado a partido político, residente e domiciliado em Florianópolis, local em que vota, deseja disputar um mandato eletivo. É correto afirmar que

- a) João ainda não possui idade para concorrer a um mandato de deputado federal.
- b) Por ser brasileiro naturalizado, não poderá concorrer a Governador de Santa Catarina, embora possua a idade mínima para o cargo.
- c) João preenche os requisitos, em tese, para ser eleito prefeito de Florianópolis.
- d) João não pode concorrer a deputado estadual de Santa Catarina, porque não possui a idade mínima para o cargo, mas pode concorrer a prefeito de Florianópolis.
- e) João, embora tenha a capacidade eleitoral ativa, não possui capacidade eleitoral passiva, uma vez que estrangeiros são absolutamente inelegíveis.

72. Conforme disposto expressamente no texto da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário e involuntário.
- b) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno em pelo menos 50%.
- c) repouso semanal remunerado aos domingos.
- d) gozo de férias anuais remuneradas com acréscimo de 50% em relação ao salário normal.
- e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias.

73. A respeito das garantias e das vedações constitucionais aplicáveis aos magistrados, indique a assertiva incorreta.

- a) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- b) A vitaliciedade, na magistratura, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- d) Juízes não podem exercer atividade político-partidária.
- e) Juízes aposentados ou exonerados só poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram depois de decorridos três anos do afastamento.

74. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário

- a) as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
- b) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

- c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- d) o crime político.
- e) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

75. Acerca do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o Presidente da República nas infrações penais comuns. Nos crimes de responsabilidade, a competência é do Senado Federal.
- b) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados.
- c) O Presidente da República, durante o mandato, não será preso enquanto não sobrevier sentença condenatória.
- d) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- e) Atentar contra o livre exercício do Ministério Público é crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República.

76. A respeito do Ministério Público, indique a assertiva correta.

- a) O Ministério Público abrange o Ministério dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente

da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.

- e) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

77. Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que objetiva a criação do Estado de Camboriú, a partir do desmembramento do Estado de Santa Catarina. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do Estado de Camboriú dependeria de divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O Estado de Camboriú poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.
- e) O projeto de lei complementar destinado à criação de novos Estados é da iniciativa privativa do Presidente da República, razão pela qual há vício de iniciativa no processo legislativo que não pode ser convalidado pela sanção presidencial.

78. Joinville, segundo o levantamento do IBGE/2018, possui 583.144 habitantes, sendo considerada a cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina. Nos termos expressos na Constituição Federal, a quantidade máxima de vereadores por Município leva em conta o número de habitantes da cidade. Considerando o número informado de habitantes e o texto da Constituição Federal, é correto afirmar que a quantidade máxima de vereadores em Joinville é de:

- a) 25
- b) 19
- c) 17

<p>d) 21</p> <p>e) 23</p> <p>79. Nos termos da Constituição Federal:</p> <p>a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.</p> <p>c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.</p> <p>d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal</p> <p>e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.</p> <p>80. A respeito do processo legislativo constitucional, indique a alternativa INCORRETA.</p> <p>a) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.</p> <p>b) É vedada a edição de medida provisória a respeito de direito penal incriminador e de direito processual penal.</p> <p>c) A irrepetibilidade é princípio do processo legislativo, de modo que a matéria que constou de uma proposição rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. A irrepetibilidade, diferente do que se dá no processo legislativo das leis, é absoluta no processo legislativo</p>	<p>das emendas à Constituição Federal e no das medidas provisórias.</p> <p>d) Por decreto legislativo, poderá o Congresso Nacional delegar ao Presidente da República a competência para criação de leis delegadas.</p> <p>e) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Esse quórum não se aplica às emendas à Constituição Federal e nem às leis complementares.</p> <p>81. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido</p> <p>a) sociológico de Constituição.</p> <p>b) político de constituição.</p> <p>c) normativo de Constituição.</p> <p>d) ontológico de Constituição.</p> <p>e) cultural de Constituição.</p> <p>82. O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para reestruturar a Ordem Tributária. Ocorre que a proposta, na opinião de juristas, viola princípios federativos e garantias individuais. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se</p> <p>a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.</p> <p>b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.</p> <p>c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.</p> <p>d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.</p>
--	---

e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

83. Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.

b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.

c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.

d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

e) A lei estadual interferiu em matéria contratual firmada entre operadoras e usuários, causando prejuízo financeiro, o que gera a sua inconstitucionalidade.

84. Acerca da organização constitucional do Poder Executivo, marque a alternativa incorreta:

a) Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito.

b) Os subsídios dos chefes do Executivo federal, estadual e municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do respectivo ente federativo, mediante decreto legislativo.

c) Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, se antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

d) No Executivo, a eleição é majoritária, de maneira que serão considerados eleitos aqueles candidatos que, registrados por partido político, obtiverem a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

e) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

85. O grupo autodenominado República Fracassada, movimento armado revolucionário, após aplicar um golpe de Estado, designou uma comissão de juristas para elaboração de nova Constituição, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

a) outorgada e semirrígida.

b) promulgada e rígida.

c) cesarista e semirrígida.

d) cesarista e flexível.

e) outorgada e rígida.

86. A respeito do Poder Constituinte Derivado Reformador, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa correta.

a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.

- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços, no mínimo, em cada turno, em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.
- 87.** João é vereador de Parnamirim/RN. Durante evento de seu partido em Mossoró/RN, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.
- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.
- 88.** No que se refere à organização do Estado, conforme disposto no Título III da Constituição Federal, assinale a opção correta.
- a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.
- b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.
- c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com Estados e Distrito Federal, não está expressa na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos Municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.
- d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos Estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.
- 89.** Indique a alternativa que contenha competência do Congresso Nacional exercida sem a sanção presidencial.
- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- e) concessão de anistia.

90. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal. Caso a ação seja intentada perante o Tribunal de Justiça, da decisão caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.
- d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.
- e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

91. Assinale o item categorizado como fator ambiental interno

- a) condições de mercado
- b) distribuição geográfica
- c) questões sociais

- d) restrições legais
- e) pesquisa acadêmica

92. Assinale a alternativa correta

- I - projeto é um esforço contínuo com atividades repetitivas
 - II - projeto deve fornecer um produto singular
 - III - projeto só termina quando objetivo final é atingido
- a) Somente I correta
 - b) Somente II correta
 - c) Somente III correta
 - d) Somente I e II corretas
 - e) Somente II e III corretas

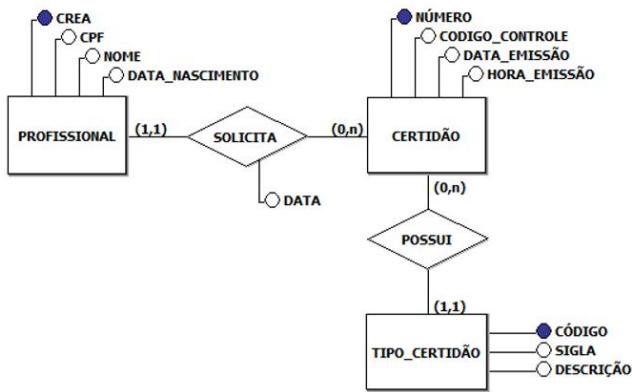
93. O triângulo de talentos definido pelo PMI para habilidades que o gerente de projetos precisa ter corresponde a:

- a) Gestão, desempenho e pessoal
- b) Gestão técnica, liderança e gerenciamento estratégico e de negócios
- c) Conflitos, processos e gestão técnica
- d) Cultura, ética e princípios
- e) Liderança, gestão técnica e empresarial

94. Qual escritório de projetos possui papel consultivo, ou seja, fornece modelos, práticas e treinamento

- a) suporte
- b) controle
- c) diretivo
- d) primário
- e) gerenciamento

95. Assinale a alternativa correta a respeito do modelo apresentado



I - Há apenas 3 entidades definidas

II - Quando o modelo conceitual for transformado em um modelo relacional, não haverá a inclusão de uma tabela associativa

III - No modelo relacional, a chave primária de profissional possuirá uma ligação com um campo na tabela de certidão

- a) Somente I correta
- b) Somente II correta
- c) Somente III correta
- d) Somente I e II corretas
- e) Todas corretas

96. AES é um exemplo de:

- a) criptografia simétrica
- b) criptografia assimétrica
- c) certificado digital
- d) assinatura digital
- e) hash criptográfico

97. A topologia de redes na qual todos os equipamentos se ligam a um nó central

- a) estrela
- b) unicast
- c) barramento
- d) simplex

e) client/server

98. A rede local com conexão sem fio para dispositivos presentes nessa rede e destes com a Internet é conhecida como

- a) LAN
- b) WLAN
- c) WAN
- d) MAN
- e) BAN

99. Perspectiva do BSC que exige que as empresas, mercado e a concorrência se reinventem de tempos em tempos, com produtos novos e processos eficientes.

- a) cliente
- b) financeira
- c) processos internos
- d) melhoria contínua
- e) aprendizado e conhecimento

100. Qual dos objetivos abaixo NÃO faz parte para ter uma governança de T.I

- a) gerenciamento de recursos
- b) marcos regulatórios
- c) ROI em investimentos de TI
- d) segurança da informação
- e) foco em ambiente de cloud

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

101. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

102. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) sua receita está vinculada à obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

103. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.

- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

104. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

105. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

106. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

107. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

108. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.

II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.

III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

109. O Prefeito de Santarém, por meio de Decreto publicado em 20 de dezembro de 2021, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

110. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.

d) Decreto Legislativo.

e) Dispositivo Constitucional.

111. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

112. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.

b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.

c) Suspender o curso do prazo prescricional.

d) Impedir o lançamento do crédito tributário.

e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

113. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito

público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

a) II.

b) I e II.

c) I e III.

d) I, II e III.

e) I.

114. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

a) II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, II e III.

e) I.

115. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.

- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

116. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

117. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.

d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.

e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

118. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

119. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

120. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Rafael Rocha e Eduardo Rocha

121. Com base no Decreto 2.057/18, podem ser objeto de parcelamento os seguintes créditos da Fazenda Pública, exceto:

- a) ICMS.
- b) IPVA.
- c) Contribuições de Melhoria.
- d) Taxa Serviços de Arrecadação por Documento de Arrecadação Estadual.
- e) Dívida Ativa Não Tributária.

122. O prazo para a conclusão da fiscalização, sob pena de o contribuinte ter sua espontaneidade restabelecida, é de:

- a) 180 dias.
- b) 120 dias.
- c) 90 dias.
- d) 60 dias.
- e) 30 dias.

123. Cássio, domiciliado em Belém/PA, faleceu, deixando sua esposa Adélia e 3 filhas: Cristina, Maria e Léa. O total dos bens comuns do casal montava a importância de R\$ 3.000.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à

Adélia apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R\$ 500.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Adélia receberia bens no valor total de R\$ 1.600.000,00. Cristina nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Léa ficou com R\$ 1.000.000,00, em razão de Maria ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Diante desse caso hipotético, pode-se verificar a ocorrência de:

- a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões *causa mortis* e 2 relativos a transmissões por doação.
- b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões *causa mortis* e 3 relativos a transmissões por doação.
- c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões *causa mortis* e 2 relativos a transmissões por doação.
- d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões *causa mortis* e 1 relativo a uma transmissão por doação.
- e) Não é possível responder a questão, pois não foi informada a quantidade de bens transmitidos.

124. De acordo com a lei paraense acerca do ITCD, será objeto de recolhimento do imposto:

- a) A permuta de bens imóveis.
- b) A instituição de direitos pignoratícios.
- c) Doação de aparelhos, móveis e utensílios de uso doméstico e de vestuário.
- d) A transmissão inter vivos gratuita de bens particulares ao cônjuge.
- e) A aquisição onerosa de excesso de meação em processo de divórcio.

125. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, considera-se efetuada a intimação por edital:

- a) 15 dias após a data da publicação.
- b) 10 dias após a data da publicação.

c) 8 dias após a data da publicação.

d) 5 dias após a data da publicação.

e) 5 dias úteis após a data da publicação.

126. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, considera-se instaurada a fase litigiosa do procedimento com:

a) Propositura da ação de execução fiscal.

b) Lavratura de termo de apreensão de documentos.

c) Apresentação de impugnação pelo sujeito passivo.

d) Lavratura de auto de infração.

e) Envio de intimação ao sujeito passivo.

127. A regra-matriz de incidência tributária é uma norma de conduta que visa disciplinar a relação jurídico-tributária entre o fisco e o contribuinte. A lei prevê um determinado fato jurídico tributário como hipótese de incidência tributária e, uma vez ocorrido o fato previsto, aparece a relação jurídica entre sujeito ativo e sujeito passivo. Concretizando-se os fatos descritos na hipótese, ocorre a consequência, e esta, por sua vez, prescreve uma obrigação patrimonial. Nela, encontraremos uma pessoa ([sujeito passivo](#)) obrigada a cumprir uma prestação em dinheiro.

Segundo o RICMS-PA, indique a alternativa que não apresenta uma hipótese de incidência do ICMS:

a) prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.

b) serviços prestados no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

c) entrada, no Pará, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

d) venda do bem ao arrendatário, na operação de arrendamento mercantil.

e) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.

128. Diferentemente do direito empresarial, a legislação tributária conceitua estabelecimento, não como um complexo de bens, mas sim como um local. O estabelecimento funciona, para a legislação tributária, como elemento de conexão para a fixação da competência tributária, tendo um caráter eminente operacional em relação ao aspecto espacial da regra matriz de incidência tributária.

Acerca do conceito de estabelecimento no RICMS-PA, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Estabelecimento é o local, desde que público, construído ou não, mesmo que pertencente a terceiro, onde o contribuinte exerça toda ou parte de sua atividade, em caráter permanente ou temporário, ainda que se destine a simples depósito ou armazenagem de mercadorias ou bens relacionados com o exercício dessa atividade.

II. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tiver sido efetuada a operação ou a prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

III. Considera-se estabelecimento autônomo o veículo de qualquer espécie utilizado na prestação de serviço de transporte, sendo o proprietário inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado.

a) F-V-F.

b) F-F-F.

c) V-V-V.

d) F-V-V.

e) F-F-V.

129. De acordo a legislação tributária paraense, Ocorre fato gerador do ICMS

a) da entrada, a qualquer título, de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro do mesmo titular.

b) da entrada de mercadoria no estabelecimento adquirente, em licitação pública de mercadoria ou bem importados do exterior, apreendidos ou abandonados.

c) do ato final da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via.

d) do encerramento das atividades, em relação às mercadorias existentes em estoque, excetuada a hipótese de sucessão.

e) do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior, quando a entrada ocorrer antes do desembaraço.

130. Considere as seguintes situações:

I - Contribuinte do ICMS paraense remete, a título de venda, fogos de artifício a consumidor final não contribuinte localizado na mesma cidade.

II – Posto de gasolina, localizado em Belém-PA, fornece álcool para fins combustíveis a um contribuinte localizado em Santarém-PA.

III – O supermercado CARÃO, em Marabá-PA, remete arroz para contribuinte pernambucano.

IV - Posto de gasolina, localizado em Belém-PA, fornece gasolina para fins combustíveis a um não contribuinte localizado em Santarém-PA.

As alíquotas devidas ao Estado do Pará nessas operações são respectivamente:

- a) 25% - 25% - 12% - 28%
- b) 30% - 25% - 12% - 28%
- c) 30% - 25% - 17% - 25%
- d) 30% - 17% - 12% - 28%
- e) 25% - 17% - 25% - 25%

131. Segundo o RICMS-PA, é vedado o creditamento relativo à mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação a ele feita quando:

I. para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto na saída para o exterior.

II. quando a mercadoria for considerada já tributada nas demais fases de comercialização, salvo exceções previstas.

III. quando alheio à atividade do estabelecimento, presumindo-se alheio às atividades do estabelecimento os veículos de transporte de mercadorias e pessoal.

Após julgar os itens assim, marque a sequência correta.

a) F-V-F.

b) V-V-F.

c) V-V-V.

d) F-V-V.

e) F-F-V.

132. De acordo com o RICMS-PA, constitui crédito acumulado o imposto anteriormente cobrado relativo às entradas ou aquisições de bens do ativo imobilizado, energia elétrica, matérias-primas, material secundário, produtos intermediários, mercadorias, material de embalagem e serviços de transporte e comunicação de que resultem ou que venham a ser objeto de operações ou prestações que destinem, ao exterior, mercadorias e serviços com não-incidência do imposto.

Sobre o tema, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta.

I – O crédito acumulado por contribuinte paraense pode ser transferido a contribuintes de outros Estados.

II – Ainda que o contribuinte possua ICMS a recolher no regime normal, pode o contribuinte optar por utilizar todo o crédito acumulado para pagamento de débitos decorrentes de entrada de mercadoria importada do exterior.

III – O crédito acumulado poderá ser imputado pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado.

IV – A utilização de crédito acumulado na compensação prevista no regime normal de apuração do imposto a recolher independe de autorização prévia do Fisco.

a) Só há um item correto.

b) Só há dois itens corretos.

c) Só há três itens corretos.

d) Todos os itens estão corretos.

e) Nenhum item está correto.

133. Considere que um contribuinte de Belém remeta mercadoria sujeita a substituição tributária a revendedor localizado no mesmo Estado. Suponha que:

1) O valor da mercadoria seja de R\$20.000,00;

2) O IPI seja de R\$ 3.000,00;

3) A MVA (margem de valor agregado) seja de 50%;

- 4) A mercadoria esteja sujeita à alíquota interna de 12%;
- 5) O frete na operação seja de R\$ 2.000,00, contratado pelo destinatário junto a terceiros que não o remetente; e
- 6) Haja seguro da mercadoria no valor de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente.

Supondo que não há preço fixado, pauta ou qualquer outra fórmula de cálculo do ICMS ST que não a utilização de MVA, o valor do ICMS a ser retido pela empresa substituta é

- a) Menor ou igual a R\$ 1.000,00
- b) Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.300,00
- c) Entre R\$ 1.300,00 e R\$ 1.600,00
- d) Entre R\$ 1.600,00 e R\$ 1.900,00
- e) Maior que R\$ 1.900,00

134. Acerca do Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Pará assinale a opção incorreta.

- a) O Cadastro de Contribuintes do ICMS tem por finalidade registrar os elementos de identificação, localização e classificação das pessoas jurídicas que nele se inscreverem como contribuintes.
- b) A Secretaria Executiva de Estado da Fazenda poderá dispensar ou autorizar inscrição, bem como determinar a inscrição de estabelecimento ou pessoas não enquadradas como contribuintes do imposto.
- c) Quando o estabelecimento for imóvel rural situado em território de mais de um Município, a inscrição será concedida em função da localidade do Município onde se localize a maior parte de sua área neste Estado.
- d) A imunidade, a não-incidência e a isenção por si só não têm o condão de desobrigar a inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.
- e) A inscrição estadual deve ser requerida, quando exigida, antes do início das atividades.

135. Acerca do IPVA na lei 6.017/96, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O veículo nacional novo terá como base de cálculo o valor constante no documento fiscal emitida pelo revendedor, excluindo-se opcionais e acessórios.

II. Em se tratando de veículos montados por encomenda de consumidor final em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi, a base de cálculo será o somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos à aquisição de partes e peças, não se incluindo os serviços prestados, que estão sujeitos ao ISS, de competência municipal.

III. Nos casos de veículo usado, a base de cálculo constará de tabela baixada pela Secretaria da Fazenda, que poderá, visando à manutenção do poder aquisitivo da moeda, ser atualizado monetariamente até a data do pagamento, mediante a aplicação de indexador oficial instituído pelo Governo Estadual até a data do pagamento.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I, II e III.
- e) Está correto o item III, apenas.

136. A alíquota do IPVA no Estado do Pará para aeronaves destinadas a aviação comercial é de

- a) 3%.
- b) 2%.
- c) 1%.
- d) 0,5.
- e) 0%.

137. De acordo com a lei 6.017/96, são contribuintes do IPVA, exceto:

- a) o locador de veículo, nos contratos de locação.
- b) o credor fiduciário, nos contratos de alienação fiduciária em garantia.
- c) a pessoa física proprietária de veículo automotor.
- d) o titular do domínio.
- e) o arrendador, nos contratos de arrendamento mercantil.

138. O Estado do Pará não se fez representar na reunião do CONFAZ que aprovou o Convênio XX/2022. O convênio cumpriu todos os trâmites legais e foi

aprovado autorizando a concessão de isenção nas saídas internas de milho nos Estados do Sudeste.

Diante dessas informações assinale a alternativa correta de acordo com a lei 24/75.

- a) O governador do Pará não pode ter ratificado o convênio tacitamente.
- b) Ainda que o convênio preveja a entrada em vigor em 10 dias, deve-se respeitar o prazo mínimo de 30 dias.
- c) Devido à isonomia, não poderia o convênio limitar a aplicação da isenção somente aos Estados do Sudeste.
- d) Pode-se afirmar que com certeza todos os Estados da Federação ratificaram o convênio.
- e) A reunião do CONFAZ pode ter sido realizado sem a presença do Estado do Pará e de mais 14 Estados.

139. De acordo com a lei 24/75, faz-se necessário Convênio CONFAZ para:

- a) Concessão de isenção de IPVA, ICMS e ITCMD.
- b) Concessão de redução de base de cálculo de ICMS, IPVA e ITCMD.
- c) Concessão de crédito presumido de ICMS.
- d) Concessão de parcelamento de ICMS.
- e) Devolução parcial de IPVA pago.

140. De acordo com o RICMS-PA, qualquer estabelecimento que praticar, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações e prestações sujeitas ao ICMS e que não estiver devidamente inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS será considerado

- a) clandestino.
- b) inapto.
- c) com inscrição baixada.
- d) com inscrição reativada de ofício.
- e) com inscrição nula.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

141. De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, no que diz respeito às características qualitativas de informações financeiras úteis, marque a alternativa correta:

- a) As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.
- b) De modo geral, quanto mais antiga a informação, mais útil ela é.
- c) Relatórios financeiros são elaborados para usuários que não têm conhecimento razoável das atividades comerciais e econômicas, embora revisem e analisem as informações de modo diligente.
- d) Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, a um acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna
- e) Consistência é a meta; a comparabilidade ajuda a atingir essa meta.

142. A companhia MAVIFOR Ltda comprou um equipamento pelo valor de R\$ 90.000,00 que, acrescido de despesas de frete, seguro e instalação, totaliza R\$ 107.500,00. A vida útil calculada para esse maquinário foi de 15 anos, e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 7.500,00. A data da aquisição e instalação do equipamento foi em 1º de abril de 2020. A despesa de depreciação calculada e contabilizada, para efeito societário, no ano de 2020, considerando hipoteticamente a data de encerramento do exercício em 31/12, em reais, foi de:

- a) 3.333,33
- b) 5.000,00
- c) 5.500,00
- d) 6.666,66
- e) 10.000,00

143. Sobre o Patrimônio Líquido, analise as assertivas a seguir:

I. No caso das sociedades que não sejam por ações, podem existir lucros ainda não retidos ainda não destinados a reservas ou à distribuição aos sócios. Nesse caso, podem ficar sob a rubrica de Lucros Acumulados.

II. A subscrição do Capital Social é o ato através do qual o interessado formaliza sua vontade de adquirir um valor mobiliário.

III. A operação em que a companhia paga aos acionistas o valor de suas ações por razões de dissidência nos casos previstos na legislação societária é denominada resgate de ações.

IV. Quando o lucro a realizar é decorrente da receita de equivalência patrimonial, sua realização se dará apenas quando houver a baixa ou alienação de tais investimentos.

Marque a alternativa que contém todas as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II, III e IV
- d) III e IV
- e) I, II e IV

144. Em determinado exercício social, uma empresa distribuiu dividendos de R\$ 14.000 sobre seu lucro líquido e, nesse mesmo período, foram verificadas as seguintes modificações em saldos patrimoniais:

- diminuição de R\$ 8.500 em contas a receber;
- aumento de R\$ 24.500 em estoques;
- aumento de R\$ 61.500 no imobilizado;
- aumento de R\$ 46.500 em depreciações acumuladas;
- aumento de R\$ 22.000 em fornecedores a pagar;
- aumento de R\$ 1.500 em salários e encargos a pagar;
- aumento de R\$ 3.000 em impostos e contribuições a recolher;
- aumento de R\$ 1.000 em debêntures a resgatar no curto prazo;

- redução de R\$ 21.500 em financiamentos de longo prazo a pagar;
- redução de R\$ 1.000 em impostos parcelados a vencer;
- aumento de R\$ 1.000 no capital social;
- aumento de R\$ 56.000 nas reservas de lucros.

Nessa situação hipotética, o caixa gerado nas atividades operacionais foi

- a) R\$ 124.000.
- b) R\$ 112.000.
- c) R\$ 56.000.
- d) R\$ 126.000.
- e) R\$ 128.000.

145. Dados extraídos da Demonstração de Lucros Acumulados da Cia. MAVIFOR, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020 (em R\$):

Ajuste credor de períodos anteriores	20.000,00
Dividendos propostos pela administração	300.000,00
Constituição da Reserva Legal	40.000,00
Lucro líquido do Exercício	800.000,00
Reversão da Reserva para Contingências	140.000,00
Constituição de outras reservas de lucros	480.000,00
Saldo em 31/12/2020	0,00

O saldo inicial em 31/12/2019 correspondia a um prejuízo acumulado, em R\$, de

- a) 60.000,00.
- b) 100.000,00.
- c) 120.000,00.
- d) 130.000,00.
- e) 140.000,00.

146. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 20.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 40.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 2.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 1.620,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final

da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de

- a) R\$ 14.580,00.
- b) R\$ 34.580,00.
- c) R\$ 34.380,00.
- d) R\$ 20.000,00.
- e) R\$ 74.580,00.

147. Sobre a Lei 6.404/1976, marque a alternativa correta.

- a) No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- c) Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- d) O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro.
- e) O valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação pode ser o valor justo de instrumentos financeiros.

148. A Cia. MAVIFOR adquiriu à vista um lote de mercadorias, revendendo-o, em seguida, por R\$ 140.000,00. A companhia está sujeita, nas suas operações de compra e venda, à incidência do ICMS à alíquota de 18% e à do PIS e da COFINS, no regime não-cumulativo, com alíquotas, respectivamente, de 1,65% e 7,6%. O lucro auferido pela sociedade nessas transações foi de R\$ 29.100,00.

O valor pago pela companhia ao fornecedor, ao efetuar a referida aquisição, foi equivalente a, R\$:

- a) 101.850,00.
- b) 72.750,00.
- c) 100.000,00.
- d) 110.900,00.
- e) 145.500,00.

149. Sobre sociedades empresárias: tipos e características, marque a alternativa correta.

- a) Toda atividade econômica configura atividade empresarial.
- b) A grande diferença entre as sociedades simples e as sociedades empresárias está no fato de estas possuírem finalidade lucrativa.
- c) A responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. A responsabilidade da sociedade, por sua vez, será sempre ilimitada.
- d) O contrato social da sociedade limitada deve ser registrado na Junta Comercial.
- e) Uma sociedade anônima nem sempre será uma sociedade empresária.

150. É parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, dentre outros, os livros Diários e Razão:

- a) A Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- b) A EFD-Contribuições.
- c) O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).
- d) A Escrituração Contábil Digital (ECD).
- e) A e-Financeira.

CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS

Silvio Sande

151. A empresa de medicamentos Pfizertudo adquiriu, pelo valor de \$ 5.000.000, uma pesquisa em andamento da empresa silviovac. Sabe-se a que empresa silviovac havia gastado com a pesquisa \$ 3.000.000,00. O valor justo de um projeto de pesquisa similar no mercado é de 7.000.000,00.

Considerando as informações acima, a Pfizertudo deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 5.000.000,00 como despesa;
- b) \$ 5.000.000,00 como intangível;
- c) \$ 5.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como receita;
- d) \$ 5.000.000,00 como investimento e \$ 2.000.000,00 como goodwill;
- e) \$ 5.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como mais valia.

152. Em 01/03/2018, uma empresa adquiriu computadores para utilizar em seu negócio, por R\$ 120.000. A empresa esperava utilizar os computadores durante cinco anos e doá-los a seus colaboradores. Em 31/12/2019, a empresa refez sua estimativa, pretendendo utilizar os computadores até 31/12/2021 e, depois, vendê-los por R\$ 16.000. Assinale a opção que indica o valor contábil dos computadores, evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020.

- a) R\$ 30.000
- b) R\$ 40.000
- c) R\$ 44.000
- d) R\$ 46.000
- e) R\$ 52.000

153. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	- 200.000
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais:	
Depreciação	- 50.000
Salários (empregados próprios)	- 60.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Venda de carro	20.000
Receita antes do resultado financeiro	210.000
Despesas financeiras	- 40.000
LAIR	170.000
IRCS	- 57.800
Lucro Líquido	112.200

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.
- b) O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- c) O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- d) A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- e) A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

154. As informações abaixo serão utilizadas pelo contador para elaborar o fluxo de caixa da empresa Redenção.

Operação	Reais
Redução em fornecedores	23.000
Aquisição de ativo imobilizado	30.000
Aquisição de investimentos	45.000
Aumento em impostos e contribuições a recolher	19.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600
Depreciação e amortização	49.000
Empréstimos tomados	80.000
Integralização de capital	50.000
Lucro do Exercício	25.000
Pagamentos de empréstimos – principal	78.000
Redução em contas a receber	30.000
Aumento nos estoques	19.500
Resultado positivo da Equivalência Patrimonial	17.000

Assinale a alternativa com o total do caixa líquido gerado nas atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto da empresa Redenção

- a) R\$ 39.600
- b) R\$ 57.000.
- c) R\$ 64.600.
- d) R\$ 71.100.
- e) R\$ 98.600.

155. Em 31/12/2021 a Cia. Marabá tinha 60% de participação da Cia. Santarém. Os balanços patrimoniais da Cia. Marabá e da Cia. Santarém, em 31/12/2021, eram os seguintes:

	Cia Maraba	Cia Santarém
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. Santarém vendeu o terreno para a Cia. Marabá por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/2021, considerando apenas essa operação.

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 1.200,00.
- c) R\$ 1.400,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.200,00.

156. A Industrial Paragominas, que produz lâmpadas, apresentou as seguintes informações sobre sua produção:

Quantidade produzida - 4.000 unidades

Quantidade vendida - 3.000 unidades

Matéria-prima consumida - 90.000,00

Mão de obra direta - 60.000,00

Mão de obra indireta - 12.000,00

Gastos gerais de fabricação - 30.000,00

Sabendo-se que a Industrial Paragominas faz o custeio de seus produtos pelo método variável, o custo unitário dos produtos vendidos, em reais, é

- a) 35,00
- b) 37,50
- c) 42,00
- d) 56,00
- e) 40,50

157. Uma indústria produz, atualmente, 100.000 unidades de um único produto. Nesse processo, são incorridos custos fixos no valor de R\$ 300.000,00 e custos variáveis no valor de R\$ 800.000,00. O preço unitário de venda é de R\$ 33,00. Com base nessas informações, a margem de contribuição unitária, em reais, e o ponto de equilíbrio, em unidades, são respectivamente,

- a) 8,00 e 18.750
- b) 15,00 e 7.500
- c) 20,00 e 20.000
- d) 22,00 e 5.357
- e) 25,00 e 12.000

158. Considere os seguintes dados da empresa Altamira S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.

- Custos e despesas variáveis = R\$ 350,00/u.

- Custos e despesas fixos = R\$ 56.000,00/mês.

- Preço de venda = R\$ 600,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 34 unidades.
- b) 38 unidades.
- c) 224 unidades.
- d) 258 unidades.
- e) 318 unidades.

Texto para as questões de 159 e 160

Os dados abaixo (valores em reais) referem-se a uma empresa hipotética.

preço de venda (líquido de impostos)	60
custos variáveis unitários	
matéria-prima	27
mão de obra	6
custos gerais de produção	9
despesas operacionais	3
custos fixos	
custos gerais de produção	450.000
despesas operacionais	300.000

159. Com relação ao texto, caso a empresa produza 200.000 unidades e venda 160.000 unidades, a diferença entre o lucro operacional líquido apurado pelo custeio por absorção e pelo custeio variável será

- a) R\$ 90.000.
- b) R\$ 100.000.
- c) R\$ 120.000.
- d) R\$ 150.000.
- e) R\$ 200.000.

160. Conforme os dados do texto, para obter um lucro operacional mínimo de R\$ 150.000,00, a empresa deverá realizar vendas de

- a) R\$ 1.100.000,00.
- b) R\$ 2.200.000,00
- c) R\$ 3.300.000,00
- d) R\$ 3.600.000,00.
- e) R\$ 4.200.000,00.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

161. Analise as afirmativas a seguir sobre a *Auditoria Independente*.

- I. As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua controladoria, com supervisão geral dos responsáveis pela governança.
- II. As NBCs TA impõem responsabilidades à administração ou aos responsáveis pela governança e se sobrepõe às leis e regulamentos que governam as suas responsabilidades.
- III. A auditoria em conformidade com as normas de auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança têm conhecimento de certas responsabilidades que são fundamentais para a condução da auditoria.
- IV. A auditoria das demonstrações contábeis exime dessas responsabilidades a administração ou os responsáveis pela governança.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa III e IV estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa III estiver correta.
- e) se todas as afirmativas II e IV estiverem corretas.

162. A confiabilidade da evidência é influenciada pela sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias individuais em que é obtida. Em havendo dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude, nos termos da NBC TA 200(R1), exige-se que o auditor

- a) renuncie o trabalho.
- b) amplie o tamanho da amostra e aplique procedimentos adicionais.
- c) comunique o fato ao responsável pela governança da entidade e evite aplicar novos procedimentos de auditoria.

d) faça investigações adicionais e determine que modificações ou adições aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto.

e) faça uso de outros profissionais para esclarecer o assunto.

163. Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria. Nos termos das normas vigentes de auditoria independente, a manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de:

a) ignorar circunstâncias usuais;

b) fazer generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria;

c) uso adequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.

d) não aplicar procedimentos adicionais de auditoria quando houver dúvida quanto à confiabilidade das evidências de auditoria.

e) encontrar distorções irrelevantes durante a execução dos trabalhos

164. O risco de detecção se relaciona com a natureza, a época e a extensão dos procedimentos que são determinados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável. Portanto, é uma função da eficácia do procedimento de auditoria e de sua aplicação pelo auditor. Nesse contexto, há assuntos que são levados em consideração na definição dos procedimentos de auditoria, à exceção de um. Assinale-o.

a) planejamento adequado;

b) designação apropriada de pessoal para a equipe de trabalho;

c) aplicação de ceticismo profissional;

d) supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado.

e) controle interno da entidade auditada.

165. O auditor deve cumprir as exigências éticas relevantes, inclusive as pertinentes à independência, no que se refere aos trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis. O requisito ético relacionado à auditoria das demonstrações contábeis que exigem do auditor o reconhecimento de que podem existir circunstâncias que causarão distorções relevantes nas demonstrações contábeis é

a) Integridade;

b) Objetividade;

c) Ceticismo profissional;

d) Confidencialidade; e

e) Comportamento (ou conduta) profissional.

166. O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. Nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade da Auditoria Interna, o planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, EXCETO:

a) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna.

b) O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade, o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade.

c) O grau de experiência dos auditores internos e o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.

d) A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade, a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna.

e) O uso do trabalho de especialistas e os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações.

167. Objetivando avaliar o funcionamento dos controles internos estabelecidos em uma entidade, um auditor interno passou quinze dias acompanhando os procedimentos de separação, conferência, embalagem e expedição de mercadorias comercializadas pela empresa.

Esse procedimento é classificado como teste

- a) de apresentação e divulgação.
- b) de detalhes de saldos.
- c) de detalhes de transações.
- d) substantivo.
- e) de observância

168. Procedimento analítico significa avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.

A elaboração dos procedimentos analíticos substantivos nos trabalhos de auditoria depende, em grande medida, da confiabilidade dos dados, segundo a NBC TA 520.

São aspectos relevantes para determinar se os dados são confiáveis para a elaboração de procedimentos analíticos substantivos, EXCETO:

- a) materialidade e risco de auditoria
- b) fonte das informações disponíveis
- c) comparabilidade das informações disponíveis
- d) natureza e relevância das informações disponíveis
- e) controles sobre a elaboração das informações

169. Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão “papéis de trabalho”). Assinale a alternativa INCORRETA acerca dessa documentação de auditoria.

a) A documentação de auditoria fornece evidência da base do auditor para uma conclusão quanto ao cumprimento do objetivo global do auditor.

b) A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais, que incluem assistir a equipe de trabalho no planejamento e execução da auditoria.

c) O auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor responsável pela supervisão da auditoria entenda, dentre outros aspectos, os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.

d) O auditor deve preparar tempestivamente a documentação de auditoria.

e) Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor deve registrar quem executou o trabalho de auditoria e a data em que foi concluído.

170. Realizar as atividades preliminares do trabalho de auditoria no início do trabalho de auditoria corrente auxilia o auditor na identificação e avaliação de eventos ou situações que possam afetar adversamente a capacidade do auditor de planejar e realizar o trabalho de auditoria. Nesse contexto, o auditor deve realizar a seguinte atividade no início do trabalho de auditoria corrente:

a) A definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.

b) Realizar os procedimentos exigidos pela NBC TA 220 – Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis;

c) Avaliação da conformidade com os requisitos éticos, desconsiderando a independência, conforme exigido pela NBC TA 220.

d) Estabelecimento do entendimento do trabalho a ser executado, conforme exigido pela NBC TA 210 – Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria.

e) Definir a materialidade e o risco de auditoria.

171. Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras. A natureza, a época e a extensão do direcionamento e da supervisão dos membros da equipe e a revisão do seu trabalho podem variar dependendo de diversos fatores, EXCETO:

- a) o porte e a complexidade da entidade;
- b) a área da auditoria;
- c) o estabelecimento do entendimento dos termos do trabalho
- d) os riscos de distorções relevantes (por exemplo, um aumento no risco de distorções relevantes para uma dada área de auditoria costuma exigir um correspondente aumento na extensão e no direcionamento e supervisão tempestiva por parte dos membros da equipe e uma revisão mais detalhada do seu trabalho);
- e) a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho de auditoria.

172. A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características similares. Nesse contexto, o objetivo da estratificação é

- a) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- b) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido, aumentando o risco de amostragem.
- c) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- d) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado, sem reduzir o risco de amostragem.
- e) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado, reduzindo o risco de amostragem.

173. Confirmação externa é a evidência de auditoria obtida como resposta por escrito direta para o auditor

de um terceiro (a parte que confirma), em papel, no formato eletrônico ou outro meio. Ao avaliar os resultados de confirmações externas individuais, o auditor pode classificar esses resultados das seguintes formas, EXCETO:

- a) Respostas apropriadas da parte que confirma, indicando concordância com as informações fornecidas na solicitação de confirmação ou fornecendo as informações solicitadas sem exceção;
- b) Respostas inapropriadas
- c) Respostas consideradas como não confiável;
- d) Resposta não recebida;
- e) Resposta indicando exceção.

174. A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Ela tem natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante o curso do trabalho. Assinale a alternativa que contém o procedimento de auditoria que, sozinho, geralmente não fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação nem da eficácia operacional dos controles.

- a) inspeção
- b) reexecução.
- c) observação
- d) indagação.
- e) recálculo.

175. O auditor externo detectou passivo que representa para a empresa uma incerteza relevante. Nesse caso, caso a empresa divulgue essa incerteza, o auditor deve emitir opinião

- a) com ressalva e limitação de escopo do trabalho.
- b) sem ressalva e com limitação de escopo do trabalho.
- c) adverso, evidenciando a incerteza constatada.
- d) com negativa de opinião e limitação de escopo.
- e) sem ressalva e com parágrafo adicional de ênfase.

ECONOMIA

Amanda Aires

176. A microeconomia aborda problemas relativos às unidades primárias de decisão no mercado, utilizando o esquema de análise baseado na oferta e na demanda. Em relação ao tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Segundo o princípio da igualdade marginal, cada bem é demandado até o ponto em que a utilidade marginal da última unidade monetária dispendida com ele maior que a utilidade marginal da última dispendida com qualquer outro bem.
- b) Parte da explicação para a inclinação negativa da curva de demanda é dada pelo efeito renda, segundo o qual o aumento do preço de um bem A, tudo o mais constante, reduz o poder aquisitivo do consumidor e, conseqüentemente, a demanda por A, sendo válida essa análise para os bens inferiores.
- c) No caso dos bens de Giffen, para os quais há uma relação direta entre preço e quantidade procurada do bem, há um paradoxo que constitui uma exceção à lei da demanda.
- d) O excedente do consumidor de um bem é a diferença entre o preço máximo que o consumidor estaria disposto a pagar e o número de unidades do bem demandado.
- e) O coeficiente de elasticidade-preço da demanda é dado pela razão entre a variação percentual da quantidade demandada de um bem e a variação percentual de seu preço, mantendo-se constantes todos os demais fatores que afetam a quantidade demandada. Bens com substitutos próximos tendem a ter uma demanda menos elástica do que os que não o são.

177. A condição necessária e suficiente de maximização de lucro no longo prazo, para uma firma inserida em uma estrutura de concorrência perfeita, é dada por:

- a) a receita marginal seja igual ao custo marginal, na parte decrescente da curva de custo marginal
- b) o preço seja igual à receita marginal
- c) o preço seja igual ao custo médio, na parte mínima da curva de custo médio.
- d) a oferta de mercado seja igual à demanda individual

e) o custo marginal seja igual ao custo fixo médio

178. Considere a moderna teoria da curva de Phillips, relacionando a taxa de inflação e o nível de atividade econômica.

Essa teoria prediz que se a inércia e a expectativa inflacionárias forem nulas e se não houver capacidade ociosa na economia e exista uma tendência de crescimento, tenderá a ocorrer, a curto prazo, uma situação de

- a) deflação
- b) aceleração da inflação
- c) redução dos juros nominais
- d) redução do produto potencial
- e) valorização cambial da moeda doméstica

179. Os determinantes do investimento segundo a teoria keynesiana são:

- a) a taxa de juros e taxa de inflação.
- b) o retorno esperado e a carga tributária.
- c) a carga tributária e a taxa de câmbio.
- d) a taxa de juros e o custo-país.
- e) a taxa de juros e a taxa interna de retorno.

180. No modelo IS-LM para uma economia fechada, é incorreto afirmar que

- a) uma política fiscal expansiva tende sempre a reduzir a taxa de juros da economia, exceto no caso teórico denominado por Keynes de armadilha da liquidez.
- b) a curva LM é positivamente inclinada e sua declividade é função da relação positiva existente entre o nível de renda e a demanda de moeda para fins de precaução e transação.
- c) uma política de expansão monetária por parte do Banco Central será bem sucedida no objetivo de aumentar o nível de renda e diminuir a taxa de desemprego da economia, se a demanda por investimentos for elástica em relação à taxa de juros.
- d) a curva IS é negativamente inclinada e sua declividade é função inversa da propensão marginal a

consumir e da elasticidade do investimento em relação à taxa de juros.

- e) se a demanda de moeda for totalmente insensível a variações da taxa de juros, uma política fiscal monetária tenderá a reduzir a taxa de desemprego da economia.

Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFA-PA-Auditor-22-01-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
